

PETROM Petroquímica Mogi das Cruzes S.A.

CNPJ nº 02.340.752/0001-27
Relatório de Administração

Apresentamos aos senhores acionistas e ao mercado, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022. A administração da companhia agradece o empenho de todos e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos. Mogi das Cruzes, 24 de março de 2023. A Administração.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
(Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		149.394	113.169
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.297	44.005
Contas a receber	5	31.114	25.070
Estoque	6	65.497	36.497
Impostos a recuperar	7	23.564	6.645
Despesas antecipadas		603	613
Outros ativos circulantes		319	339
Não circulante		44.530	38.929
Contas a receber	5	63	70
Depósitos Judiciais		877	897
Imobilizado	9	43.095	37.637
Intangível	10	495	225
Total do ativo		193.924	152.098
Passivo e patrimônio líquido		193.924	152.098
Circulante		69.296	35.558
Fornecedores	12	12.372	5.503
Empréstimos e financiamentos	11	5.785	2.638
Obrigações tributárias	13	10.353	12.583
Obrigações trabalhistas	14	5.786	5.533
Dividendos a pagar	16	35.000	9.301
Não circulante		1.055	2.895
Empréstimos de partes Relacionadas	8	-	12
Empréstimos e financiamentos	11	-	1.800
Provisão para contingências	15	1.055	283
Patrimônio líquido		123.573	113.200
Capital social		30.000	30.000
Reserva legal		8.999	6.503
Reserva de lucros		84.574	77.142
Total do passivo e patrimônio líquido		193.924	152.098

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

1. Informações gerais: A Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A. (Companhia), localizada na Rodovia Dom Paulo Rolino Loureiro, Km 9, Mogi das Cruzes, São Paulo, iniciou suas atividades em 1998 como uma Sociedade Limitada e, em 02 de janeiro de 2004, transformou-se em Sociedade por Ações de Capital Fechado, tendo como atividade: a indústria, comércio, importação e exportação de anidrido ftálico, plastificantes, ácido maleico, anidrido maleico, ácido fumarico, resinas e produtos químicos em geral; a industrialização e transformação de produtos químicos e de matérias-primas, especialmente para as indústrias químicas, comércio; a exportação e importação de produtos químicos e de matérias-primas, especialmente para as indústrias químicas; a industrialização e comércio de matéria-prima utilizada na fabricação de produtos para alimentação humana e animal; a participação em outras sociedades e representação comercial por conta de terceiros. **1.1. Impactos da pandemia nas demonstrações contábeis da Companhia:** A Companhia vem monitorando o progresso do COVID-19 (Coronavírus) e seus impactos nas suas operações. Várias ações foram tomadas pela Administração, dentre as quais destacamos a criação de um comitê de crise formado pela alta administração, que toma decisões em linha com o recomendado pelo Ministério da Saúde, autoridades locais e associações profissionais. A Companhia tem adotado todas as medidas possíveis para mitigar a transmissão do vírus na Companhia, e nos escritórios, como: higienização frequente, itens de segurança/ proteção dos colaboradores, acompanhamento vacinal, entre outras decisões. Desde o início do surto do COVID-19 a Companhia permaneceu aberta, e tem um importante compromisso com a sociedade de continuar levando os produtos para os clientes. Não tivemos problemas no fornecimento das matérias primas que continuaram a abastecer nossa fábrica. Nesse sentido, a Companhia efetuou uma análise completa nas demonstrações contábeis, além de renovar as análises sobre a continuidade operacional da Companhia. Os principais temas avaliados foram: a) A Companhia revisitou seus orçamentos, utilizados para a estimativa do cálculo de recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2022, e não são observados diferenças relevantes nas receitas, e demais linhas da demonstração do resultado, que evidenciam situações de perda dos valores recuperáveis de tais ativos. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revistas e foram aprovadas pela Alta Administração para os próximos anos, considerando as premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2022. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos; b) Avaliamos a realização dos saldos de contas a receber e entendemos que não há neste momento necessidade de registro de provisões adicionais aquelas já registradas; c) Quanto aos estoques não previmos necessidade de ajuste para realização; d) Instrumentos financeiros já refletiram as premissas de mercado em sua valorização e não há exposições adicionais nas demonstrações contábeis. A Companhia não está exposta em financiamentos significativos em dólares americanos; e) A Companhia não prevê, até o momento, necessidades adicionais de obtenção de financiamento. Adicionalmente, dentre as medidas adotadas pela Companhia com o objetivo de minimizar os impactos ao negócio, podemos destacar: a) Implementação de um robusto programa de controle de custos e despesas, que inclui, entre outras ações, a redução de despesas. Em resumo, de acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devam ser registrados nas demonstrações contábeis da Companhia e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia que justificariam mudanças nas conclusões destas demonstrações contábeis. A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, as demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **ii. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **iii. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis, provisão para créditos duvidosos, imposto de Renda e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas podem resultar em valores diferentes dos valores estimados e a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais premissas da Companhia relativas às fontes de incerteza, em virtude das quais estimativas futuras podem resultar em valores diferentes após a liquidação são apresentadas a seguir: **a) Nota Explicativa nº 5 - Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):** **b) Nota Explicativa nº 9 - depreciação acumulada do ativo imobilizado;** e **c) Nota Explicativa nº 15 - provisão para contingências. iv. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **a) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita é mensurada com a base no valor justo de contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre a venda ou prestação de serviço. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita. **i) Venda de produtos:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador. A seguir, estão detalhados os procedimentos de reconhecimento de receita para as Companhia: A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: a) Identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; b) Identificação das obrigações de desempenho contratadas; c) Determinação do preço da transação; d) Alocação do preço às obrigações de desempenho; e) Reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização. Mais especificamente, a receita de vendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. **ii) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com liquidez diária e resgatáveis com o próprio emissor, e com risco insignificante de mudança de valor, ou seja, um montante conhecido de caixa que possui pouca probabilidade de ter seu valor não realizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **c) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a perda estimada com liquidação de devedores duvidosos. **d) Ativos financeiros:** **Classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado a: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (iii) valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em seu resultado. Um ativo financeiro é mensurado no valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo mensurado resulta em valores diferentes dos valores estimados e/ou não mensurados pelo custo amortizado; (ii) o ativo mensurado não é classificado como mensurado a custo amortizado; (iii) o ativo mensurado não é classificado como mensurado a valor justo por meio do resultado. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descaimento contábil decorrente do resultado produzido pelo ativo mensurado. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Receita líquida de vendas	17	412.969	330.266
Custo dos produtos vendidos	18	(312.017)	(236.655)
Lucro bruto		100.952	93.611
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(16.157)	(12.439)
Despesas com Vendas	18	(22.370)	(18.166)
Outras receitas/(despesas) não operacionais	18	11.996	(2.307)
Resultado antes do resultado financeiro		74.421	60.699
Receitas financeiras	19	13.466	4.900
Despesas financeiras	19	(13.171)	(5.890)
Resultado financeiro líquido		295	(990)
Lucro antes do IR e CS		2.730	2.730
Imposto de Renda - Contribuinte - correntes	20	(74.302)	(59.207)
Lucro líquido do exercício		49.914	39.682
Quantidade de ações (unidade)		18.000.000	18.000.000
Resultado por ação - básico (em R\$)		2,730	2,206

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício		49.914	39.682
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes		-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		49.914	39.682
Quantidade de ações (unidade)		18.000.000	18.000.000
Resultado por ação - básico (em R\$)		2,730	2,206

2. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Lucros	Reservas	Total
Capital serva va de líquidos social legal			
Lucro líquido do exercício	39.682	-	39.682
Destinações:			
Constituição da reserva legal	(1.984)	(1.984)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	(9.425)	(9.425)	-
Dividendos propostos	(31)	(31)	-
Destinação de lucros acumulados	(28.242)	(28.242)	-
Saldos em 31/12/2021	30.000	6.503	77.142
Lucro líquido do exercício	49.914	-	49.914
Destinações:			
Constituição da reserva legal	(2.496)	(2.496)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	(11.855)	(11.855)	-
Dividendos propostos	(28.131)	(28.131)	-
Destinação de lucros acumulados	(7.432)	(7.432)	-
Saldos em 31/12/2022	30.000	8.999	84.574

em regime de competência, à medida que são incorridos. A Companhia não mantém benefícios de remuneração com base em ações, benefícios de demissão, planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios para seus funcionários e dirigentes após sua saída da Companhia. **o) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando de um evento passado ou provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Exceto quanto ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, os demais ativos e passivos são classificados como circulante quando de sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **p) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato; **b) Alteração na norma IAS 16/PC 27 Imobilizado:** Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo consumir/reduzir o custo de formação do imobilizado; **c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020:** Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/ CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/ CPC 48, abordando o critério de teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/ CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrados de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/ CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo; e **d) Alteração na norma IFRS 3/ CPC 15:** Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS. **q) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entram em vigor em 31 de dezembro de 2022:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, a saber: a) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; b) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; c) Alteração na norma IFRS 17/ CPC 50 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; d) Alteração na norma IFRS 16/ CPC 06 - trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e) Alteração na norma IAS 1/ CPC 26: a Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas à IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024. b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida. A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, e acredita que não terá efeitos relevantes. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2022	2021
Caixa	5	5
Banco conta movimento	516	66
Aplicações financeiras	27.777	43.924
	28.297	44.005

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Contas a receber:

	2022	2021
Contas a receber	31.635	25.624
(-) Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(458)	(484)
	31.177	25.140

Circulante 31.114 25.070
Não circulante 63 70
Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer: 2022 2021
A vencer 31.177 25.140

Vencidos:
Vencidos acima de 180 458 484
Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (458) (484)
31.177 25.140

9. Imobilizado:

	Ter- nos	Maqui- nismo	Prédios e Benfeitorias	Instalações	Veículos	Móveis e Equipamentos	Beneficiários Ambientais	Sub- total	Imob. em Andamento	Total	
Saldo em 1º de janeiro/2021	1.506	64.368	9.508	24.696	403	2.670	1.174	15.206	119.531	962	120.993
Adições	-	5.107	359	955	-	224	106	-	6.751	1.048	7.799
Baixas	-	(1.353)	-	-	(45)	(86)	(157)	-	(1.641)	-	(1.641)
Saldo em 31 de dezembro/2021	1.506	68.122	9.867	25.651	358	2.808	1.123	15.206	124.641	2.010	126.651
Adições	-	3.554	193	1.190	-	235	221	-	5.393	10.088	15.481
Baixas	-	(1.522)	(18)	-	-	(110)	-	-	(1.650)	(6.596)	(7.346)
Saldo em 31 de dezembro/2022	1.506	70.154	10.042	26.841	358	2.933	1.344	15.206	128.384	6.402	134.786

Depreciação Acumulada

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro/2021	(58.477)	(3.441)
Adições	(2.093)	(344)
Baixas	1.349	-
Saldo em 31 de dezembro/2021	(59.221)	(3.785)
Adições	(2.687)	(360)
Baixas	1.525	16
Saldo em 31 de dezembro/2022	(60.383)	(4.129)

	2022	2021
Em 1º de janeiro de 2021	1.506	5.891
Em 31 de dezembro de 2021	1.506	9.901
Em 31 de dezembro de 2022	1.506	9.771

Taxa anual média de depreciação (%) 20 4 20 20

A Companhia revisou a estimativa de vida útil dos ativos imobilizados para o exercício de 2022, e não foram identificadas diferenças significativas em relação às taxas de depreciação aplicadas. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias e sinais de obsolescência. Bens dados em garantia - (Nota Explicativa nº 11).

10. Intangível:

	Software	Patentes	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	2.312	11	2.323
Adições	784	-	784
Adições	292	-	292
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.676	11	2.687

Depreciação Acumulada

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(1.863)	(10)
Adições	(197)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.060)	(10)
Adições	(122)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.182)	(10)

Saldo em 31 de dezembro de 2022

	2022	2021
Em 01/01/2021	449	1
Em 31/12/2021	324	325
Em 31/12/2022	494	495

A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **11. Empréstimos e financiamentos:**

Modalidade	Taxa de juros (%)	2022	2021
Em moeda nacional			
Banco Santander-Finame	CDI + 3,89% a.a.	-	211
Banco Santander-Capital de giro	CDI + 3,89% a.a.	-	27
Banco do Brasil - ACC	US\$ + 4,9% a.a.	3.985	-
Banco do Brasil - Capital de Giro	CDI + 3,95% a.a.	1.800	4.200
		5.785	4.438
Passivo circulante		5.785	2.638
Passivo não circulante		-	1.800
O vencimento do passivo não circulante compõem-se:			
2023	-	-	1.800
2024	-	-	1.800

